



A VISÃO DO ESTUDANTE COM DEFICIÊNCIA SOBRE ACESSIBILIDADE NO ENSINO SUPERIOR

OLIVEIRA, T. P. M. de¹; COSTA, A. P².; LISBOA, A.C. G³.; DA SILVA, J. A. J. R⁴.;
MENDES, R. de M⁵; SILVA, M. F. M⁶

Eixo Temático: Educação Física e inclusão escolar

RESUMO

A palavra acessibilidade é um tema necessário para ser debatido em todos os setores da sociedade para garantir a inclusão das pessoas com deficiência, como o direito ao ensino superior. Essa pesquisa teve como objetivo analisar a visão do estudante com deficiência sobre acessibilidade no ensino superior. A metodologia foi de abordagem qualitativa, de tipo descritiva. A amostra foi composta por 4 alunos de graduação, 02 em Educação Física e 02 Psicologia de uma Instituição de Ensino Superior (IES) privada da cidade de Maceió/AL. Como instrumento de coleta de dados foi utilizado a entrevista semiestruturada. Para analisar os dados utilizou-se da análise de conteúdo. Os resultados tiveram uma margem positiva, porém, ainda existe a falta de informação sobre acessibilidade por parte dos estudantes com deficiência, pois ficou claro que os tipos que conhecem é a arquitetônica e comunicacional; o que traz à tona uma reflexão de que as políticas públicas até agora implantadas não estão atingindo sua plenitude, pois os entrevistados chegaram ao nível superior com o mínimo de conhecimento a respeito das questões direcionadas a acessibilidade.

Palavras-chaves: Pessoa com deficiência. Acessibilidade. Ensino Superior.

¹ Graduada Licenciatura em Educação Física. Maceió/AL. E-mail: thaina17paloma@gmail.com.

² Mestre Ensino em Ciências da Saúde. Coordenadora da Pós-graduação do Espaço Ciência. Maceió/AL. E-mail: paullinhamcz@gmail.com.

³ Graduado Bacharelado em Educação Física. Maceió/AL

⁴ Graduado Bacharelado em Educação Física. Maceió/AL

⁵ Graduado Bacharelado em Educação Física. Maceió/AL

⁶ Especialista em Metodologia do Ensino da Educação Física Escolar. Maceió/AL. E-mail: merciafernandaedf@hotmail.com.



INTRODUÇÃO

Para o Ministério da Educação (MEC), a completa efetivação na participação dos alunos no ensino superior ocorre com a organização e planejamento de recursos para promover acessibilidade em todos os aspectos (arquitetônica, comunicacional, sistemas de informação e pedagógico), por isso, as IES precisam promover não apenas condições de acessibilidade arquitetônica para Pessoas com Deficiência (PcD), mas também agregar as mais diversas instâncias sociais como educação, lazer, saúde etc. No período de 2003 a 2013, o MEC encontrou um crescimento de aproximadamente 575% de pessoas declaradas com deficiência matriculadas numa IES (BRASIL, 2013).

Segundo o Art. 2º da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, a PcD é “aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, ao qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas” (BRASIL, 2015).

Em 2004, com a promulgação do Decreto Federal 5.296, que regulamenta normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade, a definiu, em seu artigo 8º, inciso I, como utilização dos espaços mobiliários, equipamentos urbanos, serviços de transportes, edificações, meios de comunicação e informação para PcD com segurança e autonomia total ou assistida (BRASIL, 2004).

A inclusão e a acessibilidade nas IES são regulamentadas pelo MEC em razão da obrigatoriedade firmada por meio de documentos a respeito dos direitos da PcD (BRASIL, 2013). O MEC diante da meta da plena participação e inclusão passou a administrar mecanismos para o cumprimento de tal obrigação. Com isso, define que para a efetivação do acesso, permanência e participação dos estudantes na educação superior deve ocorrer planejamento, organização de recursos e serviços para a promoção da acessibilidade (BRASIL, 2009).

A acessibilidade não se limita apenas à apresentação física e arquitetônica, no entanto, se constitui a partir de um conjunto de dimensões (BRASIL, 2013). Acessibilidade atitudinal corresponde à percepção e atitude do outro sem preconceitos ou qualquer tipo de estereótipo e discriminação; arquitetônica é a eliminação de qualquer barreira física possibilitando o acesso de todos a qualquer ambiente; metodológica ou pedagógica é a inexistência de barreiras nos sistemas e métodos de estudo; programática é a eliminação de barreiras presentes nas políticas públicas tais como leis, decretos, normas etc.; instrumental: é a superação das barreiras nas ferramentas, utensílios, equipamentos e instrumentos seja para trabalho, estudo ou lazer; comunicações é a eliminação nas formas de comunicação visual, escrita e virtual (CANTORANI; PILATTI, 2015).

O objetivo geral da pesquisa é analisar a percepção do estudante com deficiência sobre acessibilidade no ensino superior a partir da sua própria experiência.



MÉTODOS

A referida pesquisa teve uma abordagem qualitativa, do tipo descritiva. Após a aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) sob o Parecer nº 2.063.953, foram contatados os participantes da pesquisa e apresentado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) a fim dos mesmos conhecerem o projeto e autorizarem a pesquisa através da assinatura em duas vias, de acordo com a Resolução 466/12.

A população-alvo da pesquisa foi constituída por 8 estudantes com algum tipo de deficiência matriculados em uma IES privada da cidade de Maceió-AL. A amostra foi composta por 4 estudantes que aceitaram a participar da pesquisa. Para facilitar a compreensão segue no quadro 1 a caracterização dos participantes com: sexo, tipo de deficiência, graduação que cursavam, período que estavam no momento da entrevista, e o ano que entraram na IES. Enfatizando que os dois com deficiência física (um com malformação do membro superior e o outro com encurtamento do membro inferior, o que dificulta sua locomoção).

Quadro 1: Caracterização dos participantes

AMOSTRA	SEXO	DEFICIÊNCIA	GRADUAÇÃO	PERIODO	ANO/IES
E1	MASC	FISICA	PSICOLOGIA	5º	2015
E2	MASC	SURDEZ	ED. FÍSICA	6º	2008
E3	MASC	SURDEZ	PSICOLOGIA	5º	2015
E4	FEM	FISICA	ED. FISICA	3º	2013

Para coletar os dados, foi realizada uma entrevista semiestruturada em uma sala previamente reservada com a presença do pesquisador e o participante para manter o anonimato e com o tempo de 30 a 40 minutos de duração.

Foi utilizada a análise de conteúdo por categorias para analisar os resultados. Para que se processasse a análise dos resultados, ocorreu a transcrição dos áudios das entrevistas gravadas com autorização dos participantes após assinatura do TCLE. Os dados coletados foram distribuídos em categorias estabelecidas a partir das palavras-chaves que surgiram no decorrer da entrevista.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Categoria I: Conhecendo a acessibilidade

A1: “[...] como fazer para subir até a sala, todas são em cima, só tem elevador, e se quebrar como subirei?”.

A2: “Aprendi um pouco mais de acessibilidade na matéria de Adaptadas. Como o surdo se comunica através do intérprete, fica fácil de comunicar com eles. Através do tato, dos números, brincadeiras, o cego é complicado [...]”.



A4: “A deficiência física tem as próteses, cadeira de rodas, o auditivo tem o aparelho de audição”.

Nota-se que o conceito de acessibilidade ainda é pouco conhecido, os estudantes apontaram apenas a arquitetônica, comunicacional e instrumental, mas não sabem conceituá-las, e sim, sinalizar a falta desta como de rampas, somente um elevador, o intérprete para o estudante surdo aprender os conteúdos, e sabem que a cadeira de rodas é um instrumento de locomoção. Silva (2016) afirma que a compreensão sobre o termo “acessibilidade” possui características históricas e marcas de uma concepção ligada estritamente a barreiras arquitetônicas, se reportando diretamente a PcD física, não valorizando o verdadeiro significado, o que levou os pesquisadores a uma reflexão a respeito da necessidade de divulgação e do tema ser incluído na educação básica, desde o ensino fundamental para consolidar a compreensão e abrangência do termo “acessibilidade” na vida do estudante, facilitando a inclusão da PcD no meio acadêmico. Figueiredo *et al.* (2011) enfatizam a necessidade imperiosa da revisão do conteúdo programático sobre acessibilidade, preparando o jovem para compreensão da abrangência da palavra, facilitando assim a transposição de barreiras que o impedem de tentar o ingresso a universidade por desconhecimento do assunto.

Fica evidente que os estudantes não possuem um entendimento claro sobre acessibilidade e desconhecem seus direitos. Contudo, Almeida e Castro (2014) afirmam que todas as instituições de ensino além de recebê-los, devem assegurar sua permanência com qualidade e conclusão da etapa escolar (ALMEIDA; CASTRO, 2014).

Categoria II: Acessibilidade na IES

A1: “Ótima! porque tem uma rampa na entrada da faculdade, marcas no chão para quem tem dificuldade visual, mas só as rampas de acesso as salas de aula estão faltando”.

A2: “A IES é boa, mas falta detalhes como elevadores e mais escadaria para o fluxo de pessoas. [...] até me formar tenho intérprete. Larguei a IES que estudava porque não tinha esse acompanhamento, hoje tenho 100% dos professores e pertinho de me formar, estou satisfeito”.

A4: “Acho que está bem adaptada para qualquer tipo de deficiência. Está com um monitor, um aluno que pagou anatomia comigo era surdo e sempre tinha um monitor, e ele é bem desenrolado [...] até agora não senti dificuldades e fui bem acolhida. Sempre que preciso tem gente para ajudar, mas procuro sempre me desenrolar na dificuldade”.

Fica evidente o desconhecimento consolidado por uma distância entre o cotidiano acadêmico e as normativas que deveriam dar suporte para eliminar as barreiras que



impedem o acesso à educação. Para Almeida e Castro (2014), há uma lacuna entre a realidade no mundo acadêmico e as estabelecidas pelas leis, principalmente em relação as barreiras que ainda se encontra nas IES, reforçando a relevância em executar a legislação e a precisão de política públicas institucionais.

Carvalho (2007) afirma a importância de organizar e implementar meios que colaborem na apropriação do saber conhecer, saber fazer e desenvolva a capacidade crítica e reflexiva, além de eliminar barreiras arquitetônicas, e principalmente as atitudinais, aceitando as diferenças existentes.

A IES encontra-se num patamar considerado bom, pois preenche requisitos necessários para acessibilidade, enfatizando o bem-estar social no que se refere ao direito fundamental voltado para o desenvolvimento acadêmico e proporcionando aos estudantes condições de acesso, utilização de todos os ambientes para seu melhor desempenho intelectual.

CONCLUSÕES

Conclui-se que a IES possui um acesso satisfatório, sendo identificado o problema arquitetônico da falta de rampas para os cadeirantes e/ou pessoas com mobilidade reduzida, pois só existe na entrada da faculdade, mas para salas de aula, secretaria, coordenação etc. não existe. Porém, o desconhecimento em relação aos seus direitos, limitou uma visão mais crítica e resultados mais satisfatórios. Assim, analisar o ponto de vista dos estudantes com deficiência é uma boa forma de compreender quais as dificuldades atribuídas para sua plena participação no curso, para superação das desigualdades existentes facilitando o processo de permanência e conclusão do ensino superior.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Amélia; CASTRO, Sabrina Fernandes de. Ingresso e Permanência de Alunos com Deficiência em Universidades Públicas. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Marília, v.20, n.2, p.179-194, Abr. – Jun., 2014.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004.** Brasília, DF: PR, 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm. Acesso em: 11 mar. 2017.

BRASIL. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. **Promulgação da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo**, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Brasília: Casa Civil, 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm. Acesso em 11 mar. 2017.



BRASIL. Ministério da Educação. **Referenciais de acessibilidade na educação superior e a avaliação in loco do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES)**. Brasília: Ministério da Educação/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, 2013.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**. Brasília, DF, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20152018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em: 11 mar. 2017.

CANTORANI, José Roberto Herrera; PILATTI, Luiz Alberto. **Acessibilidade na universidade Tecnológica Federal do Paraná: análise a partir de relatórios do**

INEP e do olhar do gestor. Curitiba: 2015. Disponível em: <http://ref.scielo.org/7zqff3>. Acesso em: 01 mar. 2017.

CARVALHO, Solange Leme. Ingresso, permanência e competência: uma realidade possível para universitários com necessidades educacionais especiais. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Marília, v.13, n.1, p.43-60, jan./abr., 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbee/v13n1/a04v13n1.pdf>. Acesso em: 04 jun. 2017.

FIGUEIREDO, A. C. *et al.* **Acessibilidade e vida universitária: pontuações sobre a educação inclusiva**. In: SAMPAIO, S. M. R. (Org.). Observatório da vida estudantil: primeiros estudos [online]. Salvador: EDUFBA, 2011, p.187-207. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/n656x/pdf/sampaio-9788523212117-11.pdf>. Acesso em: 5 jun. 2017.

SILVA, Kelle Cristina da. **Condições de acessibilidade na universidade: o ponto de vista de estudantes com deficiência**. Marília, 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2016. Bibliografia: f. 135-146.